



## **A participação de diferentes atores e a implantação de políticas públicas para o desenvolvimento territorial sustentável**

Antônio Guilherme Roncada Pupulim  
Sandra Mara de Alencar Schiavi

As políticas de desenvolvimento territorial no Brasil tiveram seu início na década de 1990 com pensamento de estruturação local com foco no desenvolvimento econômico. Recentemente um novo modelo de governança em que considera a interlocução entre diferentes grupos sociais com integração do estado e sociedade civil na gestão dos problemas públicos, onde os atores confrontam seus referenciais de desenvolvimento e regulação das relações políticas, tem sido valorizada quando se pensa no desenvolvimento de um território.

Podemos definir que o desenvolvimento é um conceito que, além do econômico, considera a dimensão social, política, humana, cultural e ambiental. Neste raciocínio, o desenvolvimento local é um processo próprio do território e de sua população feito pela mobilização de suas capacidades e potencialidades em transformar as bases econômicas e de organização social em busca da melhoria econômica e da qualidade de vida<sup>1</sup>. A partir desta definição e diante das mudanças socioeconômicas, ambientais e culturais, o aumento populacional e do uso dos recursos naturais, a Organização das Nações Unidas (ONU) elaborou, no ano de 2015, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), voltados para a promoção de políticas públicas em diferentes escalas territoriais.

A criação de parcerias formada por diferentes setores em prol da mobilização e compartilhamento de conhecimento, tecnologias ambientalmente corretas e recursos financeiros é tido como meta dos ODS. O incentivo a parcerias se dá pela formação de estruturas adequadas para gerar desenvolvimento no contexto do mundo globalizado, em que a gestão pública local estimula a participação da sociedade civil, resgatando a identidade e as vocações locais. Deste modo, promove análise de diferentes pontos de vista sobre as necessidades e problemas locais, e, conseqüentemente, viabilizar a coerência das políticas públicas em favor do desenvolvimento sustentável.

O objetivo deste informe é relatar o processo de articulação para a construção da bacia de evapotranspiração (BET) como alternativa sustentável de saneamento básico na área rural da região da AMUSEP (associação dos municípios do setentrião paranaense) por meio da UMDT (Unidade mista de Desenvolvimento territorial).

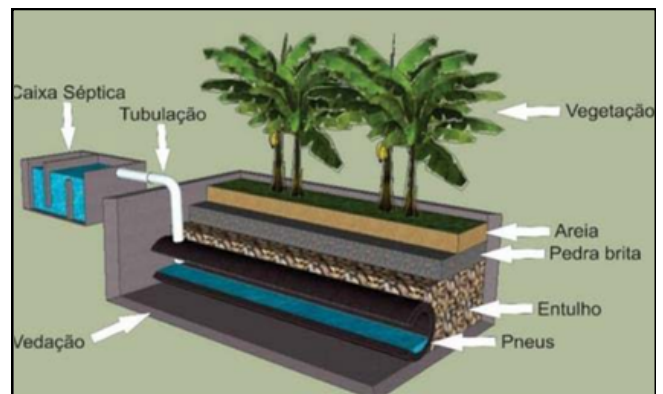


Figura 1. Ilustração da Bacia de Evapotranspiração. Fonte: Crispim et al., 2017<sup>2</sup>

2

A proposta envolveu o desenvolvimento de unidades piloto de dispositivo de saneamento no modelo BET, com eficiência na redução de patógenos em residências localizadas na área rural. Desta forma, este projeto possibilitou o tratamento de resíduos domésticos a baixo custo com abordagem sustentável, não somente ao se considerar aspectos ambientais, mas também a continuidade, por meio da conscientização socioambiental de famílias na área rural e a capacitação de extensionistas do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR-PR), ações alinhadas com os ODS 3 (saúde e bem-estar), 6 (água potável e saneamento), 11 (cidades e comunidades sustentáveis), 12 (consumo e produção responsáveis), 15 (vida terrestre). Além disso, a parceria e articulação existente entre as entidades que compõem a UMDT (IDR-PR, UEM; Universidade Estadual de Maringá e AMUSEP), que se enquadra no ODS 17 (parcerias e meios de implementação), serviram como “laboratório” para testes de futuros projetos em parcerias em prol do desenvolvimento territorial sustentável, foco da UMDT. Vale ressaltar que esta proposta, além dos benefícios sustentáveis e econômicos, demonstra ser uma alternativa às metas propostas pelo Novo Marco Legal de Saneamento sancionado em julho de 2020, que define 99% da população brasileira tenha acesso à água potável e 90% ao tratamento e a coleta de esgoto até o ano de 2033.

<sup>i</sup> Para ver a figura e análise completa do mapa de palavras-chave, ver [Oliveira et al. \(2023\)](#).



A construção de um novo modelo de governança, objetivo da UMDT, em que considera a participação de diferentes atores regionais como a sociedade civil, gestão pública (prefeituras representadas pela AMUSEP), ciência (UEM) e extensão (UEM e IDR-PR), propõe a construção de políticas públicas regionais a partir de diálogos entre estes atores, ou seja, parte do conhecimento das necessidades locais e não de uma decisão exclusiva de entes políticos. Desta forma, um dos extensionistas do IDR-PR trouxe o relato de uma de suas atividades de assistência em que questionou um produtor sobre a sua necessidade, obtendo como resposta o saneamento rural. Diante disso, realizou-se a articulação, via UMDT, entre o IDR-PR e UEM com a exposição do projeto da BET no espaço do IDR-PR na 49ª Expoingá (2023), a fim de promover a divulgação entre às autoridades e população, a qual ativou o interesse de produtoras envolvidas no turismo rural na cidade de Doutor Camargo. Além disso, esta proposta foi levada a outras duas cidades, Itaguajé e Atalaia, possibilitando a avaliação da articulação em diferentes situações, as quais envolvem o interesse dos produtores rurais e as entidades envolvidas na UMDT (Doutor Camargo), implantação em assentamentos (Itaguajé) e como possibilidade de complementar políticas públicas de proteção a nascentes (Atalaia). Sobretudo, para este “projeto piloto” foram consideradas as contribuições e os benefícios esperados para cada entidade de acordo com suas atribuições (tabela 1). Como resultado esperava-se a partir da articulação de atores do território, a melhoria da qualidade de vida de famílias na área rural da região da AMUSEP, promoção ao desenvolvimento científico e a difusão do conhecimento para potencial escalonamento da articulação e da proposta.

Foram realizadas reuniões em todos os municípios para apresentar o projeto aos prefeitos e membros das prefeituras para a compreensão do funcionamento e custos da BET, definição das contribuições e benefícios, bem como a importância deste “projeto piloto” para avaliar as diferentes formas de articulação entre as entidades envolvidas na UMDT em cada município. Confirmado o interesse e as contribuições dos envolvidos, foram definidas as datas para prosseguimento do projeto.

Primeiramente, definiu-se a data para o preenchimento do questionário de diagnóstico a respeito do volume de dejetos produzidos em cada residência, a quantidade de material necessário para a construção e o repasse das informações à prefeitura para aquisição deste material. Com o material já adquirido, os equipamentos necessários (pá, enxadas, enxadões, carrinho de mão e retroescavadeira) para escavação e construção da BET, foram cedidos pela associação dos produtores, via IDR-PR de Doutor Camargo, diferentemente de Atalaia e Itaguajé em que as prefeituras se responsabilizaram, tal qual a mão-de-obra para construção da fossa séptica (alvenaria), com exceção da BET em Doutor Camargo, que foi contratada pelas produtoras.



**Tabela 1:** Estrutura das parcerias para a execução do projeto piloto de saneamento rural com o modelo de Bacia de Evapotranspiração.

Ator	Cotnribuição	Benefício esperado
UEM	Apresentar, aprimorar e adaptar o modelo existente, considerando as bases metodológicas e científicas; promover a difusão do conhecimento científico, para potencial escalonamento; estruturar parcerias para o modelo de governança.	Avanço científico pela interação ensino-pesquisa-extensão, de maneira multidisciplinar; extrapolação de métodos científicos às necessidades da região; divulgação de resultados científicos, difusão da ciência e promoção do letramento científico.
IDR-PR	Apoiar a organização das reuniões e oficinas; participar nas atividades de formação de extensionistas (capacitação).	Possibilitar a difusão do conhecimento sobre inovações tecnológicas voltadas à preservação da saúde e do meio ambiente no meio rural, pelo potencial de escalonamento por meio de parcerias.
AMUSEP/ Prefeitura	Apoiar a articulação de parcerias (articulador do território) e a execução do projeto, por meio de fornecimento de materiais, mão-de-obra, serviço de máquinas, dentre outros.	Modelo de parceria regional, para potencial escalonamento da proposta. Incremento das ações de saneamento rural, em combinação de proteção de solos, recuperação e proteção de nascentes, águas superficiais e subterrâneas.
Produtor/a Rural	Estar disposto/a a se engajar e compreender a proposta em termos de sustentabilidade, sendo agente de difusão da proposta com consciência socioambiental; viabilizar a execução do projeto, dispondo dos eventuais recursos humanos, financeiros materiais necessários, em diferentes possibilidades de aplicação.	Melhoria de qualidade de vida da família, pelo tratamento de efluentes em sua propriedade, prevenindo a contaminação do solo e águas e disponibilizando nutrientes a plantas e jardim, com um sistema de baixo custo (promoção da sustentabilidade).



As principais dificuldades na articulação ocorreram no tempo decorrido entre a reunião de confirmação do interesse e definições das funções até o momento da execução das obras e podemos defini-las em tópicos:

## 1 - Comunicação com as prefeituras:

A representação do prefeito foi realizada, no momento da reunião e em seus desdobramentos, pelos seus respectivos secretários de agricultura ou chefes de gabinete. Logo após a reunião todos os municípios acenaram positivamente para com as suas atribuições e os prazos estabelecidos. Entretanto, o encaminhamento das atividades não foram seguidos, sendo necessário o dispêndio de tempo para verificação do interesse em continuar com o projeto, visto a dificuldade em obter resposta via whatsapp, e-mail ou telefone da prefeitura.

## 2 - Obras municipais:

A pasta do setor agropecuário está vinculada a outras pastas. Uma realidade comum dos municípios da região da AMUSEP e normalmente estão vinculadas a pastas como a de meio ambiente, obras públicas ou transportes. As consequências dessa sobrecarga de responsabilidades designadas aos secretários foram percebidas nos municípios em que as prefeituras se responsabilizaram tanto pelo fornecimento de material, quanto pela execução das obras, ora pela realização de reforma em prédios públicos para o início do ano letivo ou em ações de meio ambiente para controle da dengue. Desta forma, por duas vezes, a execução das obras foram adiadas.

## 3 - Conflito de interesses:

Notou-se alternância nos interesses acordados na reunião: (1) em relação ao orçamento apresentado na reunião não ter sido um empecilho para a confirmação do projeto, visto terem licitados a maioria dos materiais. Entretanto, sem resposta diante dos prazos estipulados, quando questionamos o chefe de gabinete fomos informados que não apresentavam receita para cobrir os custos de execução. Após essa negativa, aproximadamente 4 meses, a UMDT foi procurada para retomar a execução, entretanto não foi continuado por parte da prefeitura; (2) Como há outras possibilidade de saneamento básico em sistemas ecológicos, como a wetland, e já ter sido utilizado em outra região assistida pelo IDR-PR, houve uma tentativa de substituição método, considerando a premissa de que seria menos oneroso, algo que não foi possível. Primeiramente, era de conhecimento de todos os envolvidos que tratava-se de um projeto de doutorado vinculado a um grupo de pesquisas da UEM, e as informações transmitidas aos extensionistas a respeito do benefícios da wetland não condiz com os descritos na literatura científicas, principalmente a respeito dos custos e da eficiência no tratamento. Vale destacar que estes acontecimentos ocorreram na mesma cidade.



Outro ponto, que destaca este tópico e vinculado ao tópico 2 (obras municipais), foi o interesse político em prol do desenvolvimento territorial sustentável. Mesmo que apresentem políticas públicas voltadas ao saneamento, como a proteção e recuperação de nascentes, o interesse foi volúvel com a alternância de gestão da AMUSEP e estando alinhada a interesses exclusivos da atual reitoria da UEM, “se quiserem manter boa relação com a UEM, este projeto não agrega nada!”.

#### 4 - Construção do projeto

Para a construção da BET foi realizada uma oficina com o objetivo de transmitir o conhecimento dos pesquisadores aos extensionistas, colaboradores da prefeitura e produtores rurais, para que este projeto tenha capacidade de escalonamento e continuidade na conscientização socioambiental. Entretanto, apesar de ter sido alinhado com todas as entidades isso não foi explicitamente dito no início, e conseqüentemente houve uma demora dos participantes, principalmente do IDR, para iniciar as atividades o que necessitou de muita força e intensidade física de alguns participantes.

O compromisso assumido pelo IDR-PR em fornecer material de trabalho (pás, enxadas, enxadões e carrinho de mão) durante a reunião de alinhamento não foi seguido. Os equipamentos utilizados pertenciam ao grupo de pesquisa. Além disso, o deslocamento, hora-máquina e combustível da pá carregadeira foram cobrados das produtoras pela associação de produtores gerida pelo IDR-PR, informação não mencionada na reunião de alinhamento.

A escolha dos extensionistas deve considerar o interesse no tema, visto o atraso de alguns participantes, comportamento desagradável em suas falas (“cabe muitos corpos nesta vala!”) promovendo demasiada dispersão daqueles que participavam, além de não apresentarem postura colaborativa.

Terminada a oficina, toda a limpeza da propriedade foi realizada pelas produtoras e membros da UMDT. Os extensionistas do IDR-PR e membros do grupo de pesquisa rapidamente deixaram o local

6



**Figura 2:** Reunião com Prefeito de Atalaia e extensionista do IDR-PR



**Figura 3:** Reunião com Prefeito e assistentes sociais de Itaguajé e extensionista do IDR-PR



**Figura 4:** Construção da BET no município de Doutor Camargo



**Figura 5:** Equipe participante da oficina de construção da BET no município de Doutor Camargo

## Considerações finais

A realização de um projeto piloto como “laboratório” envolvendo atores com diferentes funções em um mesmo território proporcionou, para além da difusão do conhecimento através das pesquisas realizadas na Universidade, a interação e articulação dos envolvidos quando estão alinhados com o mesmo objetivo, o desenvolvimento territorial sustentável. Ao considerar os benefícios de cada entidade envolvida, nota-se o avanço e letramento científico com ações de extensão universitária, capacitação de extensionistas para potencial escalonamento e parcerias, adoção de políticas públicas de saneamento, melhoria na qualidade de vida pela redução de patógenos e redução da contaminação do solo, ações alinhadas com os ODS da agenda 2030 da ONU.

Entretanto, alguns pontos como o descumprimento dos acordos relacionados ao prazo, serviço prestado e execução, devem ser considerados como fatores limitantes para futuras ações de articulação. Além disso, o alinhamento de interesses em prol do desenvolvimento territorial sustentável e o entendimento da sua importância ainda parecem rodeados de interesses de boas relações mas que carecem de ações práticas que considerem o crescimento sustentável e a promoção da cidadania como políticas públicas. Desta forma, a compreensão desses fatores limitantes a fim de otimizar e agilizar o trabalho envolvendo diversos atores já sobrecarregados de suas demandas setoriais, é fundamental para o estabelecimento de parcerias e meios de implementação.

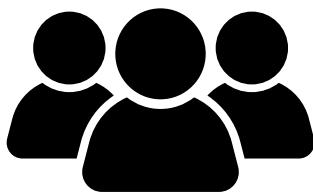
8

Maringá, 04 de julho de 2024

SAIBA MAIS:

<sup>1</sup> BUARQUE, Sergio C. *Construindo o desenvolvimento local sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 4 ed

<sup>2</sup> CRISPIM, Jefferson de Q. *Bacia de evapotranspiração, uma forma eficiente no tratamento do esgoto na zona rural*. 35º Seminário de Extensão Universitária da Região Sul, 2017.



Nossa Equipe



@REDE\_UMDT